



REVISTA
Casa da
ISSN 2316-8056
GEOGRAFIA
de Sobral

O TERCIÁRIO E OS “NOVOS USOS” DO TERRITÓRIO URBANO EM CIDADES MÉDIAS: ELEMENTOS PARA ANÁLISE NO PERÍODO ATUAL

The tertiary sector and the "new uses" of the urban territory in medium cities:
elements for analysis in the current period

El terciario y los "nuevos usos" del territorio urbano en ciudades medias:
elementos para análisis en el período actual

Carlos Eugênio de Faria¹

Rita de Cássia da Conceição Gomes²

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo apresentar alguns elementos de análise com a intenção de explicar a relação entre a dinâmica terciária e os “novos usos” do território urbano em cidades médias e o aparecimento de centralidades intra-urbanas e interurbanas. Utilizamos-nos de uma metodologia votada a uma consulta teórica acerca do tema, como da análise de alguns poucos dados secundários em sites oficiais do IBGE e de outras instituições, além de consultarmos também obras que versam sobre a temática e assuntos a ela imbricados. O conteúdo assenta-se na ciência geográfica (da sua fase clássica à atualidade), valorizando o encontro possível de diferentes autores e suas abordagens conceituais. Assim, verificamos que processos inerentes ao tecido urbano em cidades médias no período atual, faz surgir importantes centralidades nas/das cidades em torno delas mesmo e de uma região.

Palavras-chave: Território; centralidades; urbano; cidade.

ABSTRACT

This article aims to present some analysis elements to explain the relation between tertiary dynamics and the “new uses” of urban territory in medium size cities and the rising of intra and inter urban centralities. We utilized a methodology centered in theoretic studies about the theme as the analysis of secondary data in official IBGE registered websites, besides consulting works that discuss about the object of this study and all subjects related to it. The main subject is center-ed around Geographic science (from classic to contemporary), giving the proper value to the possible meeting of diferent authors and their concept approach. Thus, we verify diferent processes concerning the urban network in medium size cities in present days, creating important centralities insiste the cities, sorounding themselves or a particular region.

Keywords: Territory; centralities; urban; city.

RESUMEN

Este trabajo tiene por objetivo presentar algunos elementos de análisis con la intención de explicar la relación entre la dinámica terciaria y los “nuevos usos” del territorio urbano en ciudades medias y la aparición de centralidades intraurbanas e interurbanas. Se utilizó una metodología votada a una consulta teórica sobre el tema, como del análisis de algunos pocos datos secundarios en sitios oficiales del IBGE y de

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Professor EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Caicó, Rua Antônio Garcia, 1112, Bairro Paraíba – Caicó – RN. Email: carlos.faria@ifrn.edu.br.

² Professora Visitante da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – CERES – Caicó. Rua Lúcia Viveiros, 649, Apto. 1502 – Neópolis, Natal – RN. Email: ricassiacg@gmail.com.

otras instituciones, además de consultar también obras que versan sobre la temática y asuntos interconectados. El contenido se asienta en la ciencia geográfica (de su fase clásica a la actualidad), valorizando el encuentro posible de diferentes autores y sus abordajes conceptuales. Así, verificamos que procesos inherentes al tejido urbano en ciudades medias en el período actual, hacen surgir importantes centralidades en las / de las ciudades alrededores a ellas mismas y de una región.

Palabras-Clave: Territorio; Centralidades; Urbano; Ciudad.

INTRODUÇÃO

São o período atual e as ideias de: totalidade, de território usado, de lugar, de cidade, de urbano, de centralidades, de cidades médias e da dinâmica terciária, que nos move na busca do objetivo para este trabalho que se traduz em apresentar alguns conceitos e temas que possam auxiliar na busca da compreensão dos “novos usos” do território urbano em cidades médias, a partir da dinâmica terciária. Essa tarefa pode nos levar também a oferecer novas contribuições à ciência geográfica. Não há, em nosso propósito, aspirações em revolucionar as ciências ocidentais ou dar ares mais modernos à Geografia em especial, há, sim, a ideia de que podemos trazer contribuições importantes no que tange à importância dos “novos usos” do território e, conseqüentemente, das especificidades dos lugares, frente às novas transformações pelas quais passam o mundo no contexto da Revolução Técnico-Científico-Informacional - RTCI - e conseqüentemente da evolução do setor terciário no período atual da história. Em consonância com Oliveira (2008), pensamos ser o período atual eivado de uma série de variáveis importantes, como: “a técnica, em especial a tendência de fracionamento dos objetos técnicos; a diversificação e a intensificação dos consumos; a expansão da publicidade; o entrelaçamento das redes em termos organizacionais e técnicos” (p. 2), entre outras.

Nesse contexto, lançaremos um olhar acerca desse processo de terciarização que se engendra e que parece se agigantar nas cidades médias [em algumas cidades do nordeste brasileiro], bem como as suas causas e conseqüências. Para tanto e, a seguir, revelamos a importância e a validade do trabalho o qual e aqui nos propomos.

A economia mundial foi sempre regida, no período atual da história, por processos produtivos que imprimiram no espaço uma cronologia e um conjunto de atividades diversas que se revelaram extremamente tecnificados e em diferentes setores da economia, quais sejam: primário, secundário e terciário.

A metodologia identificada com base no resgate e na revisão bibliográfica, juntamente com análises de dados secundários acerca do tema não contempla a empiria *in loco*, mas remete-se a esta utilizando-se de outra informação, qual seja: levantamento em meios eletrônicos. Assim e, a partir dessa base, o nosso artigo tem como escopo o setor que agrupa as atividades do comércio e da prestação de serviços, como também a sua relação com os processos de reestruturação nos usos do território urbano em cidades médias [do Nordeste brasileiro]. Mas como surgiram esses setores e como se conjugam com o objetivo deste trabalho?



Nos anos de 1930 e de 1940, os economistas Colin Grant Clark e Jean Fourastié desenvolveram a hipótese dos setores³ que classifica a economia como já apontamos. O setor terciário e todas as atualizações a ele agregadas, assim como suas relações com novas teorias acerca dos novos usos do território urbano, em especial, a teoria, atualizada, dos três circuitos da economia urbana, Santos (2008), será basilar para a nossa tarefa na busca de comprovações acerca dos objetivos propostos. (Lipietz *apud* Lima & Rocha, 2010) assevera que “não quer dizer que se demande e concretize necessariamente uma nova classificação, mas buscar a compreensão da realidade do setor terciário, levando em consideração sua dinâmica e as transformações do mundo desde as décadas de 1930 e 1940”.

Como já frisamos, partimos da ideia de totalidade e, nesse sentido, serve-nos com muita ênfase a análise dela, na relação da expansão das atividades comerciais e de serviços no contexto da globalização. É no período atual, da RTCI que o setor terciário ganha maior importância, pois está nele, as atividades mais características de tal período. Alguns autores como Kon (2013) dizem que no período acima citado esse setor abrigava atividades que poderiam estar classificadas como quaternárias e/ou quaternárias. Daí o seu incremento e o seu destaque. E Oliveira, (Ibidem) concorda quando diz que “em termos setoriais houve um considerável aumento das ocupações no terciário, incluindo tanto funções de nível técnico e superior como outras com graus bem menores de exigência quanto à qualificação”.

Na relação entre os novos usos do território urbano de algumas importantes cidades médias do Nordeste brasileiro e o incremento do setor terciário, destaca-se a necessidade de se compreender como novas espacialidades e temporalidades se conjugam. As sucessões e as coexistências, como encontramos em Santos (2006), perfazem a mescla do sempre “novo uso do território”. Entender e explicar como esses novos usos acontecem se projetam, é também ponto focal deste trabalho.

Não poderemos nos desviar dos outros dois setores da economia e menos ainda dos “três circuitos” da economia urbana, pois, nesse contexto, a interdependência é caminho sem atalhos. Se o setor terciário se apresenta, no atual período, como o mais importante, segundo (Lima & Rocha, 2010), é porque os setores primário e secundário são grandes abastecedores de uma variada gama de produtos que são diretamente negociados (comércio) e outros que geram os chamados bens intangíveis (serviços). Assim não há como desconectá-los, embora, nessa discussão aqui apresentada, o realce será dado para o terciário e suas novas gamas de atividades. É importante lembrar do que (Lima & Rocha, Ibidem) ressaltam e assim asseveram

O terciário foi sensivelmente ampliado, absorvendo múltiplas funções, tanto no primário quanto no secundário, especialmente com as denominadas redes de logísticas. Na nova maneira de produzir, o bem final agrega uma gama de serviços antes (fornecimento de matéria-prima com agregação de inovações técnicas e científicas), durante (prestação de serviços de uma determinada empresa em

³ A hipótese dos três setores é uma hipótese da atividade econômica que divide as economias em três setores da atividade: extração de matérias primas (Setor primário), indústria (Setor secundário), comércio e serviços (Setor Terciário). Foi desenvolvida por Colin Clark e Jean Fourastié.

determinado entremeio da fabricação de um bem) e depois da produção dos bens (atendimento ao consumidor, pesquisa, assistência técnica, dentre outros).

Assim, analisá-lo à luz da interdependência é tarefa inadiável e incontornável para a compreensão dessa complexidade técnica e dos “novos usos” do território urbano em cidades médias.

Outra vertente plausível deste trabalho é o fato de focarmos a nossa análise na cidade, no “fenômeno urbano”, no lugar e na região e, a partir destes conceitos, tentarmos explicar esses novos usos do território urbano ensejado no amálgama de evoluções sucessivas e coexistentes do período atual, seus tempos e suas rugosidades em consonância com as novas espacialidades e suas materialidades pretéritas. É nesse cenário que esperamos encontrar um terreno fértil para a nossa contribuição acerca do tema central.

O terciário não se especializa de forma aleatória, mas em harmonia com a reprodução do capital e as especificidades do lugar. Assim, como ensina Santos (2006), estudar o território e conseqüentemente o lugar dos acontecimentos homólogos, hierárquicos e complementares, em sua relação com a dinâmica terciária e ainda no incremento das cidades, se faz *leitmotiv* no presente trabalho e confere a este um status geográfico, pois partimos da totalidade para o território, deste para o lugar e destes (território e lugar) para os “novos usos”, as espacialidades e as temporalidades, sem esquecermos de averiguar como as cidades se tornam, a partir destas dinâmicas, “centros regionais”.

ELEMENTOS PARA ANÁLISE NO PERÍODO ATUAL

A cidade e as cidades intermediárias

A cidade é, por excelência o *locus* privilegiado dos aconteceres homólogos, hierárquicos e complementares que, certamente se estendem por toda superfície geográfica sem distinção dessa ou daquela classificação, daí a nossa persistência com a totalidade. Desde a antiguidade, elas são constituídas e vividas em seu cotidiano. Segundo Santos, (1959, p.9), Ratzel, Tricart, Hassinger, Max Sorre, Henri Lefebvre, Pierre George, dentre outros, emprestaram grandes contribuições para se entender o que é a cidade. Escolhemos Maria Adélia Aparecida de Souza, que nos oferece e nos empresta uma definição que permite contextualizar ao nosso propósito quando assevera que

A cidade é uma obra humana. Ela é um mundo de objetos, produzidos segundo procedimentos, determinados por materialidades e regidos por intencionalidades precisas. A cidade é uma intencionalidade. Isto, portanto, quer dizer que a cidade é uma negação da natureza, daquilo que é físico. [...] Isto se dá pela técnica. A técnica é antes de tudo um saber prático, que advém do trabalho. (SOUZA, 1997)

Em suma, a cidade, essa materialidade do urbano, é dada pela técnica, aquilo que traduz o trabalho humano (ações) em equipamentos urbanos (objetos) no contexto de um conjunto de intencionalidades. Nesse

sentido, as mais novas materialidades e suas derivações, no período atual, ocorrem nas cidades [médias] a partir, principalmente, da dinâmica terciária e de seus desdobramentos.

Algumas cidades ao longo da história tornaram-se importantes para aquelas ademais de seu entorno. É o caso de algumas cidades do nordeste brasileiro, como Campina Grande (PB), Sobral (CE), Pau dos Ferros (RN) e Caruaru (PE), dentre outras.

As técnicas exógenas ao setor terciário [desenvolvidas nos setores primário e secundário], juntam-se àquelas típicas e endógenas ao setor de comércio e serviços para fazer da cidade [média], um lugar revolucionário (SANTOS, 2008). Em se tratando da dinâmica terciária, essas sucessões e coexistências de tempos e de técnicas, fazem de cidades, como as acima citadas, lugares de centralidade diante de seu entorno e isso somente pode ser verificado quando levamos em conta os usos do território, ou os “novos” usos do território urbano.

As cidades, nesse contexto, tomam para si uma maior importância na hierarquia dos lugares, além de serem “centros” para onde afluem uma maior densidade de ações, objetos, trocas, serviços e pessoas, são também “centros” de onde fluem toda a produção resultante, principalmente dessa dinâmica terciária em relação com os demais setores ou com os circuitos da economia urbana.

Para além de seus limítrofes, para além de seus perímetros, as cidades, objetos de nossas análises, como já exposto, exercem uma tal influência que parecem estar contidas no “modo de vida”, no contexto do “fenômeno urbano”, daquelas que as circundam, como podemos perceber a frase que se segue: “Tenho que ir lá porque aqui não resolvo o que necessito”. Essa assertiva se baseia em observações já realizadas, como em Faria (2011), e revela como o “comando terciário” é visível e dizível nesse contexto de totalidades e totalizações tecidas no âmbito das redes urbanas ou das “regiões”.

No início desse tópico, decidimos por ir além de uma classificação das cidades amparados na ideia de totalização. Não arredamos de tal ideia, mas ao mesmo tempo, somos compelidos a utilizar a expressão “cidades intermediárias”⁴, pois se faz incontornável a “diferenciação hierárquica”, para se entender que as cidades, por nós tratadas, não fazem parte do conjunto das grandes metrópoles e muito menos está no grupo das cidades que não têm influência de entorno. Assim utilizaremos os termos “cidades intermediárias” e/ou “cidades médias” para revelar o papel delas na dinâmica do terciário e o papel do terciário na dinâmica dessas cidades. Mas o que são cidades médias ou intermediárias?

⁴ A denominação “cidade intermediária”, mais do que uma simples classificação a partir do porte da cidade definido pelo número absoluto de habitantes, sem qualquer outra consideração de natureza econômica e social, indica com mais pertinência que os critérios que estão sendo considerados são principalmente os relativos à inserção dessa cidade na divisão territorial do trabalho, a seu papel regional, a seus equipamentos de consumo coletivo etc. (OLIVEIRA, 2008, p. 65)

As primeiras noções de cidades intermediárias ou médias têm seu nascedouro na Europa dos anos de 1950, mas sua conceituação, propriamente dita só irá aparecer no início da década de 1970, na França, por ocasião do VI Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (1971-1975) Conte e Fresca (2011).

No caso brasileiro é Pierre Monbeig, em 1957, com o “estudo geográfico das cidades” que dará os primeiros passos para os estudos das cidades médias que só ganhará corpo na década de 1970 e 1980, nesta última, perdendo importância e somente voltando ao centro das discussões nos últimos anos. O destaque para a necessidade do estudo acerca de tais cidades no Brasil é analisado por Conte (2013, p. 57) quando diz que

as cidades médias passaram então a serem valorizadas como fator de equilíbrio para as redes urbanas de diversos países, principalmente aqueles onde a diferença e/ou distância entre as cidades grandes e pequenas é mais acentuada, como no caso do Brasil. Neste mesmo sentido, outro aspecto bastante relevante diz respeito às funções de relação de intermediação exercidas por elas, entre, de um lado, as pequenas cidades e de outro, as grandes cidades e o meio rural regionais.

Nesse intermédio, entre as grandes e pequenas cidades e em relação ao meio rural, as cidades médias desempenham um papel fundamental de centralidade, fixando suas relações em complexos processos de reprodução capitalista, de divisão territorial do trabalho, a partir da globalização da economia e conseqüentemente da dinâmica do terciário, como principais motores das relações com o entorno.

No Nordeste, as cidades serão também foco de estudos importantes como os de Silva, Gomes e Silva (2000) e Clementino (1987). Os primeiros estudam mais especificamente as cidades pequenas do espaço potiguar e nos serve de parâmetros para entendermos esse processo de relação entre centro e entorno, enquanto a segunda autora, também se refere a algumas pequenas cidades, mas em âmbito regional, no caso, o Nordeste brasileiro. Seus estudos servem da mesma forma como parâmetro para a nossa tarefa. Para além desses esboços há ainda que citar Lopes e Henrique (2010) que nos trazem a discussão acerca das cidades médias e, finalmente, estudos feitos pelo IBGE referindo-se a uma variada quantidade de dados secundários acerca das cidades médias nordestinas como um todo.

Esse breve relato é basilar para as referências que sustentam nossa pesquisa, e é condição *sine qua non* em uma análise como esta.

Mas qual a importância das cidades médias como centralidade para seu entorno e suas interessantes ligações de “mão dupla” com centros maiores e mais distantes? O que confere a estas cidades a condição de “centro”? Como o uso do território em cada uma delas, as dinamiza e a ela afere o comando/integração regional? Como algumas das cidades médias nordestinas se mostram como uma “região” ou “cidade região”? São essas as questões que tentaremos responder na parte seguinte deste trabalho, versando sobre alguns conceitos e temas.

O território usado: “novos usos” do território

Escolhemos como um dos conceitos que nos ajuda, o território usado e seus “novos usos”. O território em si, somente em sua materialidade, ou como coisa, não se constitui em tal categoria; portanto, faz-se necessário que o enxerguemos como um “território vivo, vivendo”, como nos diz Santos & Silveira (2004) e, portanto, redefinindo as cidades médias e/ou os lugares.

Se o espaço geográfico tratado como instância social se nos revela abstrato, é forçoso que o entendamos em sua materialidade, e é esta a razão da nossa escolha por esse conceito em conexão com a dinâmica urbana e terciária. Se como assevera Santos (2006) espaço geográfico e território usado são sinônimos, é neste, onde a geografia encontra lastro e acontece em uma amálgama da aplicação teórica e do acontecer empírico, tanto na própria ciência geográfica, como também em relação com outras áreas do conhecimento, como por exemplo, na economia.

Nesse território [usado] repleto de fixos e tracejado de fluxos, ancoramos nossa curiosidade para a análise e objetivo deste trabalho; é de suma importância ressaltar que o território pode ser visto por várias dimensões como a política, a econômica e a cultural. Em relação à primeira, a dimensão política, foi, como aponta, Andrade (2004), Frederich Ratzel com pioneirismo que nos legou. Esta dimensão entendida como a principal dimensão (do poder) foi estudada com muita ênfase e, como sabemos, ainda mereceu destaque em obras como as de Sack e Raffestin. Para Ratzel, o território seria uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano. Assim, o território é posto como um espaço que alguém possui, é a posse que lhe atribui identidade (RATZEL apud COSTA, s/d).

No que se refere à dimensão econômica do território, reside aqui o escopo deste trabalho, não que estejamos desenvolvendo um trabalho na área de economia, mas a relação dos setores desta com a espacialização nas cidades médias [nordestinas]. Percebe-se em uma análise prematura e em dados secundários IBGE (2010), que é o setor terciário que se apresenta como condutor nas relações destas cidades médias com seu entorno e com pontos mais distantes, ou como diz Lefebvre (2006), a ordem próxima e a ordem distante.

Nas cidades médias, é mais forte a presença do capital privado no setor terciário ou como preferimos, na dinâmica terciária, assim como e comparadamente nos circuitos: (“superior”, “superior marginal” e “inferior”), Santos (2008), sendo os dois primeiros, em grande medida, regulamentados pelo Estado e o último quase que completamente desregulamentado, mas que juntos dão vida, animam e participam ativamente da dinâmica dos “novos usos” do urbano [nordestino], em especial nas referidas cidades médias.

Mas, ainda nessa mesma perspectiva, o território também é pautado por instituições do Estado, como, por exemplo, os bancos públicos e um sem número de instituições. Nesse sentido, se torna centro de

atração de populações do entorno em busca desses serviços que só existem, ou existem de forma mais abundante e eficiente nas cidades de médio porte. Aqui mais uma vez se verifica a grande diferenciação entre as Metrópoles, cidades pequenas e àquelas as quais dedicamos a nossa análise.

A técnica, mais uma vez, nos possibilita agregar importância a essa discussão, no sentido em que todos esses elementos, objetos, mais tecnicamente qualificados é que são, na verdade, os grandes elos de conexão e de “comando” ou como prefere Santos, (2006) integração na relação das cidades médias com a região do entorno.

O território pode ser visto pela ótica cultural. Nessa, destacam-se as simbologias, as vivências, as afetividades e o cotidiano que Santos (Ibidem) coloca como sendo a quinta dimensão do espaço. Para nossa análise, essa dimensão se apresenta secundária, mas não pode ser excluída, já que, quando analisamos a estatura do fenômeno da “região”, a partir dessas relações de centro/entorno/centro, essa dimensão cultural corre o risco de enfraquecer-se, pois novas possibilidades advindas “de fora”, parecem quebrar ou enfraquecer o conjunto de relações que permeia os lugares, que agora não estão mais tão “isolados” de influências da globalização e do período atual.

Há, ainda, aqueles que falam da dimensão “natural” como, por exemplo, Haesbaert (2004). Queremos descartar, nessa perspectiva, que o território é também usado ou praticado, resultado da interação das coisas e das ações sobre estas e, portanto, enxergado como sinônimo de um espaço “em se dando”, como o *Dasein* em Heidegger. Essa dimensão do território usado é, portanto, tangente ao nosso propósito, mas pode aparecer como importante elemento para o acontecer de centralidade intra-urbanas e interurbanas, como podemos perceber, por exemplo, na funcionalidade do turismo⁵, só para ficar com um exemplo.

Como já explicitado anteriormente, no território como uso, as ações ou eventos que instalaram na paisagem das cidades médias em seus os objetos e/ou equipamentos urbanos, impõem a estas uma dinâmica que nos obriga a tratá-lo tal qual nos aconselha Milton Santos quando nos exorta:

O território revela também as ações passadas e presentes, mas já congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações. No primeiro caso, os lugares **[cidades médias]** são vistos como coisas, mas a combinação entre as ações presentes e as ações passadas, às quais as primeiras trazem vida, confere um sentido ao que preexiste. Tal encontro modifica a ação e o objeto **[e conseqüentemente tais cidades]** sobre o qual ela se exerce, e por isso uma não pode ser entendida sem a outra. (SANTOS, 2006) **Grifos nossos.**

⁵ Quando olhamos para algumas cidades médias, percebemos a importância dos elementos naturais na configuração de áreas destinadas ao turismo e que podem, com o tempo, criar e recriar centralidades intra-urbanas, como também fazer daquela cidade que dispões de tal atrativo natural, o centro de uma região.

Essa discussão é fundamental para o entendimento das cidades, foco deste trabalho, compreendidas no complexo processo de “novos usos” do território pela dinâmica terciária, e é uma opção de caminho metodológico que serve ao nosso propósito.

A categoria território usado ou praticado nos remete à noção de lugar já que é nos lugares onde o uso do território se dá mais visivelmente. O lugar, aqui entendido como cidades médias, é proposto como sendo o espaço dos acontecimentos solidário, Santos (2006). Voltaremos à discussão da importância do “lugar”.

Urbano, urbanização e fenômeno urbano

Na totalidade em que se constitui o espaço geográfico, podemos notar que este apresenta certa divisão. Não estamos falando em dicotomia, mas em divisão no sentido *strictu sensu* da palavra. Assim podemos perceber a ocorrência dos espaços rurais e dos espaços urbanos. O primeiro não nos interessará em sua essência, mas como um espaço de acontecimentos que tem um importante rebatimento para a nossa análise, especialmente no que concerne ao êxodo rural e, mais especificamente, ao movimento de comando/integração entre as cidades médias e seu entorno.

Fica, evidente que elegemos o segundo [o urbano] para sobre ele nos debruçarmos. Pensamos ser o espaço urbano, ou o fenômeno urbano, mais revelador dos elementos (existência, movimento e totalidade). Nexos incontornáveis e importantes no estudo de como a dinâmica terciária se revela nos estudos acerca do espaço geográfico.

Isso se confirma quando no Brasil dos anos de 1950 e, mais especificamente nos anos de 1970, os estudos urbanos revelam uma urbanização que acontece de forma tardia e se caracteriza como [uma urbanização] diferente [...] em “países explorados, dominados e com economia deformada” [...] como assinala Charles Bettelheim, citado por Castells (1983), em relação aos países economicamente mais avançados.

A urbanização brasileira se intensificou na segunda metade do século XX, quando o capitalismo industrial se instalou no país e dinamizou a economia a partir da consolidação das grandes cidades industriais, particularmente São Paulo, que naquele momento se tornara o grande polo industrial.

Nesse contexto, a economia agroexportadora vai cedendo lugar a uma economia centrada na industrialização e, ocorrerá um forte incremento do mercado interno, o que definiu a “cidade industrial” como polo de dinamização e de transformações seletivas no espaço e na sociedade brasileira e, que faria surgir mais tarde, como resultado desse processo, as cidades médias que se configuram como centros de “região”. Mas a partir de que fenômeno isso ocorrerá?

Não é propósito nosso aqui aprofundar sobre as relações de decadência de algumas cidades industriais, assim como processos de desindustrialização e ou ainda o fenômeno da desconcentração

industrial. Entendemos, porém, que a combinação desses três aspectos tecidos no “urbano”, contribuem para o fortalecimento do que, hoje chamamos de cidades intermediárias.

Como já exposto, e apesar dos aspectos acima tratados, o foco deste trabalho é analisar como, no período atual da história, as cidades médias desenvolvem a partir da dinâmica terciária, uma forte relação com seu entorno, mas também podem ser influenciadas pelas cidades metrópoles, embora essa influência nem sempre exerça papel de destaque no processo de urbanização e na condição de “centro”.

Apresentamos ainda outras considerações acerca do “fenômeno urbano” e do espaço urbano. Roberto Lobato Correa (1997; 2000) é um dos autores que auxilia em nossas discussões. O referido autor nos traz um conjunto de elementos que achamos importante e coerente com as nossas análises. Pensamos também que não há problema em trazeremos as considerações de tal autor pelo fato de termos escolhido como elementos-chave a vertente do território usado que se aloca na teoria desenvolvida por Milton Santos, pois o que esses dois autores discutem é completamente passível de complementaridades.

Citando Lefebvre (2004) – autor com o qual tentaremos um certo diálogo – Lobato Correa nos alerta para as características fundamentais do espaço urbano - que em nosso trabalho será sempre percebido como o território em uso e cenário das centralidades que se fazem e se refazem no âmbito das relações entre as cidades que interagem no interior da “região”. São elas: fragmentação e articulação, reflexo e condição social. Ele ainda nos remete a processos sociais como: centralização, descentralização, coesão, invasão/sucessão e inércia (Corrêa, 1997).

Assim sendo, esses elementos devem nos direcionar a um olhar mais precavido sobre as cidades em questão, na tentativa de compreendê-las nesse contexto de novos usos do território e de centralidades.

Chamamos a atenção para o fato de que mesmo com todos esses elementos, o espaço urbano ou o “fenômeno urbano” traz em sua teia, características e processos aos quais nos referimos anteriormente, o espaço urbano é entendido aqui como “banal”, espaço de todos, total, de centralidades, com novos usos e, em especial com o protagonismo do setor terciário ou da dinâmica terciária.

Dentro dessa lógica do urbano, surge a importância de um olhar em escala mais ampliada, estamos nos referindo ao lugar.

O Lugar (do Acontecer Solidário)

Filósofos como Aristóteles nos trouxeram a ideia de que, inicialmente, o lugar era visto como o espaço que circunda o corpo. Ampliando a asserção aristotélica, Descartes afirma que a determinação do lugar deve obedecer à relação da posição do corpo com a posição dos outros corpos. Ribeiro (1996) apud Leite (1998). A dialética marxista identifica na apropriação capitalista do espaço um processo de

personalização dos lugares que, simultaneamente, reconstróem suas singularidades e expressam o fenômeno global em curso nos últimos séculos.

Durante muito tempo, esse conceito foi visto meramente como a porção do espaço, o *locus* das relações afetivas e cotidianas, donde os homens viviam mais intensamente as relações de vizinhança, desfrutavam da praça, rezavam na igreja ou capela próxima, sentavam para conversar nas calçadas, etc.

O lugar tem ainda essa conotação⁶, mas a cada período da história e conseqüentemente a cada evolução da sociedade, em especial, no período atual da RTCI, o espaço geográfico como cada uma das suas porções sofre interferências e conhece mudanças. [...] nossa relação com o mundo mudou. Antes era local-local; agora é local-global. [...] (Serres *apud* Santos, 2006). Nessa perspectiva, o filósofo nos aponta para as novas realidades que a contemporaneidade nos infere e, nesse sentido, percebemos que nas cidades médias, como na “região”, encontraremos “lugares e lugares”, que resultam interação/integração do centro com o entorno.

Isso nos move à ideia do acontecer solidário⁷, tarefa que é específica do lugar, pois o mundo acontece no lugar ou como afirma o pensador: “os lugares podem ser vistos como intermédio entre o Mundo e o Indivíduo” Santos (2006). Essa citação tem lastro nesse trabalho já que é facilmente verificável essa intermediação nas cidades, entre as cidades e destas com o mundo. Assim, é visível e condição *sine qua non* para entendermos a importância do “lugar” nessa complexa rede de interações/conexões/extensões.

Se como diz Santos (*ibidem*), o lugar define-se como funcionalização do mundo e é por ele que o mundo é percebido empiricamente, não nos furtaremos de mesmo em tendo como elemento-chave do nosso trabalho, o “território usado” ou praticado, nos preocuparmos como cada um desses conceitos – e um deles, é o lugar –. Não é forçoso lembrar que no território usado está o lugar que nos revela a cidade como ela é, seja centro, seja entorno.

⁶ O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante - identidade - lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. (CARLOS, 2007, p. 17).

⁷ Na realidade, esse acontecer solidário apresenta-se sob três formas no território atual: um acontecer homólogo, um acontecer complementar e um acontecer hierárquico. O acontecer homólogo é aquele das áreas de produção agrícola ou urbana, que se modernizam mediante uma informação especializada e levam os comportamentos a uma racionalidade presidida por essa mesma informação que cria uma similitude de atividades, gerando contiguidades funcionais que dão os contornos da área assim definido. O acontecer complementar é aquele das relações entre cidade e campo e das relações entre cidades, conseqüência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo. Finalmente, o acontecer hierárquico é um dos resultados da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados e nos obrigam a pensar na produção desse comando, dessa direção, que também contribuem à produção de um sentido, impresso na vida dos homens e na vida do espaço. (SANTOS, 1996; 2006)

O período atual: o terciário e os novos usos do território nas cidades médias

O tempo é, talvez hoje, a dimensão mais negligenciada nos estudos geográficos. Falar de período atual é adentrar uma seara por demais complexa. A ciência geográfica, ou melhor, os geógrafos têm tratado esse tema em sua forma linear ou, poderíamos dizer, com base no “tempo da física mecânica”, ou seja, uma mera cronologia ou como diria Santos (1998), a partir somente das sucessões. O período atual, como assim decidimos tratar a contemporaneidade técnico-científica não pode ser visto isoladamente dos períodos anteriores e sem a dimensão do devir. O referido período [atual] está mesclado de rugosidades⁸, além de inúmeras prospecções.

No período do Pós-Guerra, o mundo conheceu um assombroso processo de tecnificação das coisas e uma inserção de parcelas cada vez maiores de populações, com acesso a certos padrões de tecnologia, o que provocou no espaço e nas sociedades, profundas transformações. É assim que analisa Santos (1998) quando afirma que “a cada momento, mudam juntos o tempo, o espaço e o mundo”. O Período Técnico-científico-informacional se estabeleceu e trouxe com ele, dinâmicas que, se revelaram pela técnica, no espaço urbano como um todo e aqui, destacamos as mudanças ocorridas, em especial, nas cidades médias.

Sabemos que até meados dos anos de 1970, a economia dos chamados países em desenvolvimento, ou países emergentes, tinham como principal motor, a indústria, ou seja, o setor secundário e como também é notório, o setor primário sempre desempenhou a função de “abastecedor” e esses dois setores comandavam as relações e os processos espaciais desse período. Mas os avanços nas telecomunicações e no setor de transportes, dentre outros, aparece como fenômeno nascido no seio da modernidade, forçando a convergência da ciência com a técnica, com o intuito de aumentar a produtividade e os fluxos a ela correlacionados e

O resultado desse processo foi a fragmentação da grande indústria fordista, desmembrada em vários segmentos alocados em diferentes pontos do planeta, em consequência de melhores disponibilidades de comunicação e maior fluxo de informações. Assim, o terciário emerge como a força motriz do novo quadro da produção, tanto como reunificação do trabalho, quanto como redirecionador, em termos quantitativos e qualitativos, dos postos de trabalho. Aparece, então, o terciário enquadrado na definição a que foi primeiramente atribuído: como a fase após o processo produtivo fabril que “corrigiria” os distúrbios produtivos e empregatícios do modo de produção. (LIMA & ROCHA, 2010, p. 100)

⁸ As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço - fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho. (SANTOS, 1996, p.92)

Nesse contexto, o terciário ganha força e cada vez mais instrumentos dos mais diversificados e sofisticados elencam possibilidades para um novo tempo marcado agora pelo destaque ao setor de serviços. Mas como esse processo tem rebatimento nos novos usos territoriais das cidades médias [nordestinas]?

Retomando a ideia de totalidade, esse processo de incremento do terciário se dá antes no mundo desenvolvido, mas se multiplica e chega até o Brasil no contexto da instalação do “capitalismo tardio” como diz Lima & Rocha (Ibidem). Um grande número de cidades médias adentra esse processo e começam a ampliar-se como espaço interno, intra-urbano para depois revelar a influência para fora dos seus perímetros, chegando, dependendo do caso observado, às cidades do entorno e até mesmo às escalas nacional e internacional.

Os “novos usos” do território vão configurando e reconfigurando os “subespaços” e delineando centralidades diferentes em espaços diferentes em tempos diferentes, pois há uma complexa rede de operações que atua tanto no comércio quanto nos serviços. Essa rede é resultado do atual período, pois “nas condições da economia atual, é praticamente inexistente um lugar em que toda a produção local seja localmente consumida ou, vice-versa, em que todo o consumo local é provido por uma produção local” Santos (1998, p. 32).

Os “novos usos” do território são, portanto, condição *sine qua non* para entendermos a dinâmica terciária que se revela no seio das relações entre as cidades e/ou regiões e é também definidor daquilo que podemos chamar de “centro” ou de entorno, seja qual for a escala que considerarmos. É o período da tecnificação, da tecnologia, da fluidez. Será “centro” aqueles lugares, ou aqueles territórios, ou ainda aquelas regiões que apresentam maior densidade técnica conjugada a outros fatores como, por exemplo, infraestruturas capazes de combinar os elementos que favoreçam o incremento de tais atividades, (as terciárias, em especial).

Em vários trabalhos de Spósito como, por exemplo, em: “*A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana*”, a autora se remete à ideia de estruturação e reestruturação urbana, que ao nosso juízo, casa-se com a ideia de usos do território do Professor Milton Santos. Nesse contexto, os “novos usos” territoriais estruturam e reestruturam as cidades e suas localidades, desenhando o mapa sempre mutável das chamadas centralidades [em cidades médias]. Mas o que seriam essas centralidades? Como elas ocorrem “para dentro” e “para fora” dos espaços urbanos?

A centralidade na cidade e a centralidade da cidade

Desde a década de 1920 e 1930 que o geógrafo alemão, Walter Christaller, desenvolveu a sua teoria das localidades centrais, estudada até os dias atuais, essa temática, a da centralidade dos lugares ganha

corpo na ciência geográfica e desperta a cada dia, mais interesse, em especial quando se estuda a dinâmica urbana, ou o espaço urbano, ou ainda o “fenômeno urbano”. No caso deste trabalho, o interesse pelas centralidades estão em conexão com a dinâmica terciária das cidades médias [nordestinas].

Para além do geógrafo alemão, Henri Lefebvre e Edward Soja desenvolveram análises acerca do urbano e de como essas centralidades que Lefebvre (2008) percebeu como sendo no espaço urbano uma poli(multi)centralidade e que Soja (1993) analisa a partir da ideia de estruturação e reestruturação urbana, avançando a discussões para além da Escola de Chicago e da Escola Francesa (Jacqueline Beaujeu-Garnier e Pierre George), como encontramos em Silva (2002). Ao nosso objetivo se conecta o fato da importância das centralidades a partir desses novos paradigmas em consonância com a ideia de território usado, de Santos & Silveira (2004).

Entendemos que as centralidades, suas causalidades e seus movimentos, que se tramam em uma profunda dialética, somente são perceptíveis e dignas de análises quando enxergadas no contexto que leva em consideração, conceitos como: estrutura, forma, processo e função. Nesse sentido, Santos (2006), certifica que

não se pode [...] considerar uma dialética que hierarquize estrutura (essência, totalidade nua) processo, função e forma segundo um movimento linear, ou de uma maneira unívoca pois, de um lado, a estrutura necessita da forma para tornar-se existência e, de outro lado, a forma-conteúdo tem um papel ativo no movimento do todo social.

É dessa maneira que as centralidades, a partir da dinâmica terciária do período atual, acontecem em cidades médias [nordestinas] que se revelam como centros de regiões.

Maria da Encarnação Beltrão Spósito é uma das autoras brasileiras que tem dedicado boa parte de sua produção acadêmico-científica para tratar do tema, “centralidade”, e nos auxilia nessa parte específica do trabalho, quando nos oferece uma análise das escalas em que a centralidade pode ocorrer, quais sejam: intra-urbanas e interurbanas, como sugere o subitem em questão, “a centralidade nas/das cidades médias”.

As duas escalas acima referidas, segundo Spósito (1998), nos aponta um bom caminho metodológico para elaboração da análise que objetivamos a essa altura do trabalho.

A centralidade **na cidade** média se refere aos vários pontos intra-urbanos onde a dinâmica terciária age a partir das estruturações e reestruturações do tecido urbano conferindo a esta, (a cidade média) um movimento, um processo de desencadeamento de centralidade ou de centralidades, que acabam por interferir no “desenho urbano” e distinguindo determinadas áreas da cidade através dos “novos usos” do território. Assim Spósito (1997, p. 28), apresenta quatro dinâmicas que perfazem a concretude de tal processo, quais sejam:

1) As novas localizações dos equipamentos comerciais e de serviços concentrados e de grande porte determinam mudanças de impacto no papel e na estrutura do centro principal ou tradicional, o que provoca uma redefinição de centro, de periferia e da relação centro-periferia; 2) A rapidez das transformações econômicas que se expressam, inclusive, através das formas flexíveis de produção impõem mudanças na estruturação interna das cidades e na relação entre as cidades de uma rede; 3) A redefinição da centralidade urbana não é um processo novo, mas ganha novas dimensões, considerando-se o impacto das transformações atuais e a sua ocorrência não apenas nas metrópoles e cidades grandes, mas também em cidades de porte médio; 4) A difusão do uso do automóvel e o aumento da importância do lazer e do tempo destinado ao consumo redefinem o cotidiano das pessoas e a lógica da localização e do uso dos equipamentos comerciais e de serviços.

Essas dinâmicas podem ser verificadas na maioria das cidades médias que operam como “centros”, embora não aconteçam em sua totalidade em todas as cidades, como também não acontecem da mesma forma e muito menos dentro dos mesmos padrões, pois como assinala Santos (2006) cada lugar apresenta suas especificidades e acolhem essa ou aquela dinâmica de forma distinta, pois as cidades são distintas. Assim a análise desse processo de centralidade, precisa obedecer tais diferenciações, sob risco de que as análises sobre estas, não retratarem a realidade.

O certo é que no contexto do período atual, o capitalismo impõe aos lugares, e conseqüentemente ao território em uso, a partir da técnica e do pensamento hegemônico, uma gama de variáveis que em consonância com as ações locais podem estabelecer e, na maioria das vezes, estabelece, um forte e complexo processo de reconfigurações daquilo que chamamos de “centros” nos subespaços das cidades. Assim, Bancos, Restaurantes, Pontos turísticos, lojas ou mesmo, novas vias de circulação, dentre outros equipamentos urbanos, aparecem como motores desse processo de centralização, descentralização e recentralização intra-urbanas como aponta Spósito (Ibidem). Essa é a dinâmica das centralidades **na cidade**. Mas as centralidades **das cidades**? É o que trataremos a seguir.

O tema das centralidades **das cidades** já constava da pauta das discussões geográficas das décadas de 1950 e 1960, quando em 1959, o geógrafo Milton Santos escreveu um texto intitulado “*A cidade como centro da região*”, publicado pela Livraria Progresso Editora. Neste, o geógrafo brasileiro analisa a partir de textos de outros geógrafos, o conceito de cidade e, em especial, a relação entre as cidades, destacando a importância de como algumas destas se tornavam “centro” e, mais ainda, por que se tornavam centros de uma região, ou simplesmente, do seu entorno.

O geógrafo francês Jean Tricart é um desses estudiosos analisados por Milton Santos e nos revela que uma boa análise acerca desse tema reside no fato de que o “[...] problema [...] não é somente o da distribuição das cidades, mas também o das relações que mantêm entre si. E o problema de rede urbana,

cujos dados essenciais são as funções urbanas e o dinamismo próprio a cada organismo urbano” (Tricart *apud* Santos, 1959, p. 8), ou seja, não é somente o fato de uma formação espacial pontilhada de cidades, mas a relação de um “centro” com as demais.

Na mesma direção, Pierre George, assevera que “a cidade [...] é um produto de sua região, enquanto que a região [...] é o produto de sua cidade”. E ainda, Georges Chabot, afiança quando da sua assertiva, “não existe cidade sem região e nem região sem cidade” Santos, (Ibidem, p.9). As análises de George e de Chabot, citados no texto de Milton Santos, se referem às cidades da era pré-industrial.

Para além desses dois autores, temos ainda o “Método Rochefort” que versava sobre o mote de que “o volume do setor terciário (comércio, serviços, administração) é que dá a importância relativa de centro. É, pois, um elemento a ser considerado quando se busca apurar a sua centralidade, pois exprime o papel de relação e coordenação SANTOS (Ibidem, p.20)

Assim indagamos: essas manifestações de décadas passadas ainda estariam em voga? Ao que nos parece, sim. Porém, precisamos levar em conta a “atualização” das estruturas intra-urbanas e interurbanas, assim como, as variáveis que se desenvolvem no seio das centralidades, quais sejam: as técnicas, os setores da economia e suas intrínsecas relações, os circuitos de produção das economias urbanas e as novas formas-conteúdo.

Assim sendo, as centralidades **da cidade** ainda são fatores importantes e passíveis de análises, principalmente quando consideramos as variáveis do período atual, como também alguns pares dialéticos: o novo e o velho, a densidade e a rarefação, a luminosidade e a opacidade, o mercado e o Estado, Santos (1985).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: (PARA NÃO CONCLUIR)

As cidades são, como vimos, o lugar, a região, o palco, o cenário e o lastro para entendermos como a dinâmica terciária através dos “novos usos” do território esboça centralidades tantas. A estruturação e a reestruturação do tecido urbano faz com que as cidades e, para nosso intuito, as cidades médias, se redesenhem, período após período, absorvendo ou descartando, nas sucessões e nas coexistências, um conjunto sempre complexo de possibilidades.

No período atual, os comandos hegemônicos em solidariedade “ou não” com aquilo que Milton Santos chamou de a “lei do lugar”, se situam através de tantas dinâmicas em subespaços da cidade. Percebemos de forma (in)conclusiva que, na cidade média, a dinâmica terciária é um forte vetor de centralidades, tanto àquelas que acontecem dentro dos limites do perímetro urbano, quanto àquelas que

transcendem esse limite e se estendem, pela região, ou para muito além desta, dependendo do caso, chegando a contextos nacionais e até mesmo internacionais.

Os elementos que sugerimos para que se possa compreender como as centralidades são operacionalizadas e como dinamizam as cidades [médias] e fazem destas – as cidades [médias] – centros dinamizadores de uma interlândia, ou de uma região, ou ainda de uma extensão⁹ mais abrangente, só são possíveis a partir de conceitos como: território usado, lugar, cidade, urbano, urbanização, fenômeno urbano; alguns pares dialéticos como: o novo e o velho, a densidade e a rarefação, a luminosidade e a opacidade, o mercado e o Estado; algumas categorias de análises, como: técnica, centralidades, circuitos de produção; e também, alguns temas inerentes ao período atual da história.

Sem esse esforço metodológico, condição *sine qua non* para a compreensão das centralidades intra-urbanas e interurbanas nas cidades médias, correríamos o risco de empobrecer a apreensão da realidade.

Nesse contexto, fica evidente que, a partir da contemporaneidade mais recente, os estudos acerca da centralidade em cidades médias, ganham uma importância cada vez maior e a ciência geográfica se apresenta com forte proeminência na condução de análises mais contributivas para o entendimento dessa complexa “rede” de operações no âmbito da relação entre capitalismo, divisão territorial do trabalho, divisão territorial da produção e todos os desdobramentos ocorridos no espaço urbano e para além dele.

O território usado pela dinâmica terciária nas cidades médias é cada vez mais, fonte para a pesquisa geográfica, assim como receptáculo de diagnósticos, críticas e aportes gerados no seio dessa ciência. O geógrafo tem, portanto, grandes possibilidades, como também imensa responsabilidade na explicação de tal fenômeno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.

CASTELLS, M. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CLEMENTINO, M. do L. M. O maquinista de algodão e o capital comercial. Natal: Ed. Universitária, 1986.

CONTE, Cláudia Heloiza. Cidades médias: discutindo o tema. **Sociedade e Território**, v. 25, n. 1, p. 45-61, 2013.

_____; FRESCA, Tânia Maria. Cidades médias: percursos conceituais e realidade: o exemplo de foz do Iguaçu-PR. **Revista Geografar**, v. 6, n. 1, 2011.

CORRÊA, R. L. **Trajetoórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

⁹ Princípio geográfico desenvolvido por Frederich Ratzel no Século XIX, que ajuda a explicar a abrangência dos processos de centralidade, assim como as mais variadas direções e áreas onde estas podem se dar no espaço urbano e para além dele.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Anieres Barbosa da; SILVA, Valdenildo Pedro da. Dinâmica e espacialidade do setor terciário na cidade do Natal (RN). **Sociedade e Território, UFRN, Natal**, v. 14, n. 1, p. 17-78, 2000.

KON, Anita. Reestruturação produtiva e terciarização no Brasil. **Nova Economia**, v. 7, n. 1, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

LEITE, Adriana Figueira. O lugar: duas acepções geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 21, p. 9-20, 1998.

LEVEBRE, Henri. A revolução urbana. **Belo Horizonte: Editora da UFMG**, 1999.

LIMA, Luiz Cruz; ROCHA, Adriana Marques. Reflexões sobre o terciário. **GeoTextos**, v. 5, n. 2, 2010.

LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Ed.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. 2010.

OLIVEIRA JÚNIOR, Gilberto Alves. Redefinição da centralidade urbana em cidades médias. **Sociedade & Natureza**, v. 20, n. 1, p. 205-220, 2008.

OLIVEIRA, Edilson Luis. Algumas considerações sobre o conceito de setor informal e a teoria dos circuitos da economia urbana. **Revista Geografias**, v. 4, n. 1, p. 54-70, 2008.

SANTOS, M. ; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Milton. A cidade como centro de região. **Salvador: Livraria Progresso**, 1959.

_____. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. In: **Milton Santos**. Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo. In: **Milton Santos**. Edusp, 2009.

_____. A Cidade e o Urbano como Espaço-Tempo. Cidade e História - Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX. UFBA - FAU/MAU. Salvador, 1992.

_____. **A Natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

_____. **O espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2000.

_____. **Técnica, espaço e tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998.

SILVA, William Ribeiro. A formação do centro principal de Londrina e o estudo da centralidade urbana. **GEOGRAFIA (Londrina)**, v. 12, n. 2, p. 21-4, 2010.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas**. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida. Cidade: Lugar e geografia da existência. **5º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, de 21 a 24 de outubro, Salvador, 1997.**

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Revista Território**, v. 3, n. 4, p. 27-37, 1998.

_____. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente:[sn]**, p. 609-643, 2001.